

LEI Nº312/2022**Institui a Associação de Brigadistas do município de Alegrete do Piauí-PI e dá outras providências.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALEGRETE DO PIAUÍ -PI, ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída a Associação de brigadistas para combate a incêndios urbanos e florestais do Município de ALEGRETE DO PIAUÍ -PI, nesta lei denominada, apenas, Associação de brigadistas de ALEGRETE DO PIAUÍ, integrada por voluntários, sendo responsável pela prevenção e combate a incêndios urbanos e florestais, busca e salvamento, para proteção dos bens do Município, serviços e instalações, florestas e mananciais, patrimônio histórico-cultural e ainda realização de atividades nas áreas de turismo ecológico, vigilância sanitária, defesa civil e desportos.

Art. 2º. A Associação de brigadistas do município de ALEGRETE DO PIAUÍ -PI, criada por esta lei é força auxiliar do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Militar do Estado do Piauí, subordinando-se a estes Órgãos quando em operações de missão institucional típica da Corporação Militar Técnica.

Art. 3º. A atuação fica restrita à área do Município e dos limítrofes, salvo:

I- quando o Comando Regional do Corpo de Bombeiros Militares solicitar sua atuação além dos limites do Município;

II- quando em socorro;

III - quando o clamor público justificar o seu deslocamento para além dos limites do Município.

Art. 4º. A Associação de brigadistas do município de ALEGRETE DO PIAUÍ -PI deverá constituir-se de brigadistas devidamente treinados, sendo vedada a utilização de armamento bélico pelos mesmos.

Art. 5º. O poder de polícia dos componentes delimitado nas atribuições do artigo 1º, será intrinsecamente sustentado:

I- pela presente lei;

II - por mandados expedidos pelo Poder Judiciário;

III - pela Norma Brasileira ABNT NBR Nº 14276/2020;

IV- por documento de credenciamento emitido pelo Comando Regional do Corpo de Bombeiros.

Art. 6º. A sanção administrativa, pena ou recompensa, no aspecto disciplinar da Brigada de ALEGRETE DO PIAUÍ, serão aplicadas independentes ou concomitantemente:

I - pelo Comando Regional do Corpo de Bombeiros;

II - pelo comandante da própria Brigada de Alegrete do Piauí;

III - pela comissão disciplinar da Brigada de Alegrete do Piauí;

IV- pelo presidente da Brigada de Alegrete do Piauí.

Art. 7º. As ações típicas e antijurídicas cometidas por brigadistas, fora do exercício de suas funções, serão de responsabilidade privativa do autor da ação.

Art. 8º. O Estatuto da Associação dos Brigadistas Voluntários de Alegrete do Piauí- PI e a presente lei

disciplinam a conduta dos brigadistas.

Art. 9º. A Associação de brigadistas do município de Alegrete do Piauí obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 10. São deveres dos brigadistas, sob pena de exclusão da corporação:

- I- aceitar e bem desempenhar os encargos estabelecidos,
- II- acatar e cumprir as leis e o Estatuto;
- III- atender com presteza e tratar com urbanidade e respeito a população;
- IV - estimular e colaborar para o desenvolvimento da Brigada de Alegrete do Piauí;
- V- atender e cumprir as obrigações contraídas com a Corporação e a sociedade de que faz parte.

Art. 11. Aos brigadistas fica assegurado o pluripartidarismo político, não podendo ser privados dos direitos por parte do Poder Público.

Art. 12. A Associação de brigadistas do município de Alegrete do Piauí -PI será constituída por pessoas da comunidade local, sendo de utilidade pública, de forma a alcançar a responsabilidade de todos no apoio ao Estado no exercício de seu dever de segurança pública.

Art. 13. As iniciativas privadas e as organizações não governamentais de preservação ambiental, quando legalmente constituídas, poderão requerer o apoio da Brigada de Alegrete do Piauí.

Art. 14. A Associação de brigadistas do Município de Alegrete do Piauí-PI subordina-se ao seguinte escalonamento:

- I- ao Comando Regional da Polícia Militar;
- II- ao comando municipal, exercido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,
- III- ao presidente da Brigada Voluntária de Incêndio de Alegrete do Piauí -PI;
- IV- ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí.

Art 15. O Poder Executivo deverá ceder, quando solicitado pela Brigada de Alegrete do Piauí, servidores efetivos do seu quadro permanente para o exercício das funções de brigadista.

Parágrafo único - Os brigadistas não terão vínculo empregatício com o Município, salvo nos casos previstos no caput.

Art. 16. O documento de credenciamento expedido pela Associação de brigadistas que habilita o brigadista para o exercício das atividades de segurança pública municipal, terá validade de um ano.

Parágrafo único - Após o período considerado, o brigadista que não obtiver outro documento de credenciamento será automaticamente desligado da associação.

Art. 17. O Município cederá os bens móveis e imóveis necessários à instalação e funcionamento da Associação de brigadistas.

Art. 18. Os brigadistas, no exercício de suas atividades e no cumprimento de suas funções de agentes de segurança, serão segurados contra acidentes, correndo as despesas por conta do Município.

Art. 19. A Associação de brigadistas do Município de Alegrete do Piauí -PI será composta de três classes distintas em razão do seu princípio da voluntariedade:

- I- brigadista voluntário - sendo requisito essencial e obrigatório a conclusão do curso de formação específica e do documento de credenciamento que o autorize ao exercício de sua missão;
- II- brigadista colaborador - aquele que de alguma forma contribuiu ou concluiu parte do curso de formação;
- III - associado - pessoa física ou jurídica que contribuir com prestação de serviço especializado gratuito ou com recursos materiais ou financeiros para a manutenção, ordem e progresso da Brigada.

Parágrafo único. O associado, salvo exceções:

- I- não possui o curso de formação da Brigada;
- II - não está autorizado ao exercício de missão típica dos brigadistas;
- III - será Identificado como ASSOCIADO em documento concedido pela coordenação da Brigada de Alegrete do Piauí, com validade de um ano.

Art. 20. O Município, para assegurar a implantação da Associação de brigadistas, colocará à sua disposição veículos da frota municipal e demais equipamentos requisitados pela coordenação.

Art. 21. As ocorrências serão registradas em “Boletim de Ocorrência” conforme padrão estabelecido devendo conter:

- I. emblema da Brigada de Alegrete do Piauí;
- II- identificação da Brigada de Alegrete do Piauí;
- III- identificação de pessoas físicas e jurídicas;
- IV - histórico.

Art. 22. A Associação de brigadistas do Município de Alegrete do Piauí -PI cobrará taxa de segurança pública nos serviços, solicitações, requerimentos e outros em que o interesse particular predominar sobre as missões típicas de bombeiros.

Art. 23. O Poder Público Municipal instituirá e cobrará da comunidade a taxa de incêndio e os valores correspondentes serão destinados à manutenção da Associação de brigadistas de Alegrete do Piauí.

Art. 24. Será excluído do quadro de brigadistas aquele que:

- I - praticar ato atentatório contra os princípios ético, moral e a disciplina, previstos no regimento interno disciplinar,
- II - opor resistência, ativa ou passiva, às normas estabelecidas.

§ 1º. Contra o acusado será instaurado processo administrativo assegurando-se-lhe o direito do contraditório e da ampla defesa.

§ 2º. A primeira exclusão, conforme o caso, poderá não ter efeito definitivo, podendo o punido regressar aos quadros da Brigada após cinco anos a contar da exclusão, mediante realização de novo curso de formação, observando-se os requisitos necessários, devendo, ainda, pagar os valores correspondentes ao curso.

Art. 25. Será suspenso do quadro da Associação de brigadistas aquele que:

- I- praticar ato ofensivo contra os princípios ético, moral e a ordem, que não constituam causas de exclusão,

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

previstos no Estatuto da Associação de Brigadistas Voluntários de Alegrete do Piauí;

II - recusar-se a acatar as normas estabelecidas.

§ 1º -Ao acusado é assegurado o direito do contraditório e da ampla defesa.

§ 2º- A suspensão terá duração mínima de uma semana e máxima de três meses, ficando o brigadista, no período estabelecido, proibido de usar uniforme e participar de ocorrências e terá sua identidade de credenciamento recolhida pela coordenação, devolvida após o encerramento da suspensão, não se eximindo, entretanto, de prestar socorro em casos de urgência.

§ 3º. O brigadista que vier a ser suspenso terá que frequentar as reuniões mensais, sem o uniforme, e as suas faltas no período de suspensão serão contadas em dobro.

Art 26. Para captação de recursos, a Associação de brigadistas de Alegrete do Piauí poderá prestar serviços à comunidade local, além de realizar eventos.

Art. 27. Os diversos cursos disponibilizados para a qualificação dos brigadistas poderão ser custeados:

I - pelo município de Alegrete do Piauí -PI;

II - por pessoas físicas ou jurídicas da comunidade:

III - pelo próprio brigadista interessado.

Art. 28. Os valores morais da Brigada de Alegrete do Piauí emergem dos princípios fundamentais insculpidos na Constituição do Estado do Piauí e na Lei Orgânica do Município.

Art. 29. Os brigadistas não serão privados dos seus direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

Art. 30. São valores profissionais da Associação de brigadistas:

I-a vida

II-a verdade;

III- o compromisso e a competência profissional.

Art. 31. Constitui missão social da Associação de brigadistas de Alegrete do Piauí combater as seguintes nocividades:

I- as drogas;

II -o alcoolismo;

III- o tabagismo,

IV- proliferação das doenças transmissíveis,

V- o ato lesivo ao meio ambiente,

VI- o ato lesivo ao patrimônio cultural,

VII -o preconceito de qualquer natureza.

Art 32. Não será reconhecida pelo comando da Brigada nenhuma constituição paralela ou similares no Município.

Art. 33. O coordenador da Associação de brigadistas e os demais brigadistas serão designados por meio de Portaria Municipal, a ser expedida pelo Chefe do Poder Executivo Municipal obedecendo as seguintes vagas e cargos.

Brigadista de combate: 10

Brigadista chefe de esquadrão: 2
Coordenador da brigada: 1

Art. 35. A Associação de brigadistas será vinculada à Secretaria Municipal de Meio Ambiente Recursos Hídricos de Alegrete do Piauí - PI

Art. 36. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Alegrete do Piauí -PI, 31 de maio de 2022.

MARIA LILIAN DE ALENCAR
Prefeita Municipal
Maria Lilian de Alencar
Prefeita Municipal
CPF: 339.932.973-34